

LEGISLAÇÃO DO SUS NA ODONTOLOGIA

Lei nº 14.572/2023 - Política Nacional de Saúde Bucal

Principais Marcos Legais

Lei nº 14.572, de 8 de maio de 2023 - Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do SUS - Altera a Lei nº 8.080/1990 para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS - Estabelece 10 diretrizes fundamentais para a organização da atenção à saúde bucal

Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal

1. **Gestão Participativa:** Estimular a prática da gestão participativa, assegurando representações populares e controle social
2. **Ética em Saúde:** Assegurar que toda ação seja regida pelos princípios universais da ética em saúde
3. **Acesso Universal:** Possibilitar acesso universal, equânime e contínuo a serviços de saúde bucal de qualidade
4. **Integralidade:** Desenvolver ações considerando o princípio da integralidade em saúde
5. **Vínculo:** Efetivar relações de vínculo entre equipe de saúde bucal e população adstrita
6. **Educação Permanente:** Desenvolver política de educação permanente para trabalhadores em saúde bucal
7. **Avaliação Sistemática:** Realizar avaliação e acompanhamento sistemático dos resultados
8. **Vigilância:** Organizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em saúde bucal
9. **Pesquisas Nacionais:** Realizar periodicamente pesquisas nacionais de saúde bucal
10. **Fluoretação:** Implantar e manter ações de vigilância sanitária de fluoretação das águas

Alterações na Lei nº 8.080/1990

Artigo 6º - Inclusão da saúde bucal no campo de atuação do SUS: - Define saúde bucal como conjunto articulado de ações em todos os níveis de complexidade - Visa garantir promoção, prevenção, recuperação e reabilitação odontológica

Competências por Esfera de Governo:

União (Art. 16): - Definir diretrizes e normas para estruturação física e organizacional dos serviços de saúde bucal

Estados (Art. 17): - Coordenar e executar ações de saúde bucal em âmbito estadual

Municípios (Art. 18): - Executar ações de saúde bucal em âmbito municipal

Marcos Históricos da Legislação

Lei nº 6.050/1974 - Estabelece a obrigatoriedade da fluoretação das águas de abastecimento público

Lei nº 8.080/1990 - Lei Orgânica da Saúde - Regulamenta o SUS - Agora inclui explicitamente a saúde bucal

Portaria GM/MS nº 1.444/2000 - Estabelece incentivo financeiro para reorganização da atenção à saúde bucal

Portaria GM/MS nº 267/2001 - Aprova as normas e diretrizes de inclusão da saúde bucal na estratégia do PSF

Instrumentos Normativos Complementares

Portarias do Ministério da Saúde: - Portaria nº 599/2006: Define implantação de Especialidades Odontológicas - Portaria nº 1.570/2004: Estabelece critérios para habilitação de CEO - Portaria nº 2.372/2009: Cria o Programa Brasil Sorridente na Escola

Resoluções do Conselho Nacional de Saúde: - Resolução CNS nº 588/2018: Política Nacional de Vigilância em Saúde - Resolução CNS nº 515/2016: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes

Legislação Específica por Área

Vigilância Sanitária: - Lei nº 9.782/1999: Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - RDC ANVISA nº 50/2002: Regulamento técnico para planejamento de estabelecimentos de saúde

Recursos Humanos: - Lei nº 11.889/2008: Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal e Auxiliar em Saúde Bucal - Resolução CFO nº 185/1993: Aprova o Código de Ética Odontológica

Financiamento: - Lei Complementar nº 141/2012: Regulamenta o financiamento da saúde - Portaria GM/MS nº 1.631/2015: Aprova critérios e parâmetros para o planejamento e programação de ações de saúde bucal

Impactos da Nova Legislação

Garantias Legais: - Saúde bucal como direito constitucional - Integração definitiva da odontologia no SUS - Obrigatoriedade de oferta de serviços em todos os níveis

Organização dos Serviços: - Estruturação em redes de atenção - Definição de competências por esfera - Estabelecimento de padrões de qualidade

Controle Social: - Participação popular na formulação de políticas - Transparência nas ações - Avaliação sistemática dos resultados

Desafios de Implementação

Aspectos Técnicos: - Adequação da infraestrutura - Capacitação de recursos humanos - Implementação de protocolos

Aspectos Financeiros: - Garantia de financiamento adequado - Sustentabilidade das ações - Otimização de recursos

Aspectos Gerenciais: - Coordenação entre esferas - Monitoramento e avaliação - Integração com outras políticas

Esta legislação representa um marco histórico para a odontologia brasileira, consolidando a saúde bucal como componente essencial do direito à saúde e estabelecendo as bases legais para a organização de um sistema de atenção odontológica universal, integral e equânime.